

Quando o coletivo produz recursos: mobilizações de grupos de mulheres, moradoras de bairros populares, e sua relação com as instituições¹

Quand le collectif fait ressources: mobilisations de groupes d'habitantes de quartiers populaires et rapport aux institutions²

Daniel Thin  

Universidade Lumière Lyon 2

TRADUÇÃO POR

Cláudia Régia Damasceno Chaves  

claudia.regia@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Sandra Maria Gadelha de Carvalho  

sandra.gadelha@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

O artigo traz análises sobre as transformações ocorridas na vida de mulheres e em suas relações com as instituições sociais a partir do enfrentamento de demandas, tais como a relação com a escola, as laços sociais, a empregabilidade e o trabalho, entre outras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico e sociológico que se desenvolveu desde o acompanhamento desses coletivos, de seus debates, narrativas e suas mobilizações. Os grupos são constituídos de


- 1 Este texto foi originalmente publicado em língua francesa em Sylvia Faure e Daniel Thin (eds.), *S'en sortir malgré tout. Parcours en classes populaires*, Paris, La Dispute, 2019. (No original: Ce texte a été publié initialement dans Sylvia Faure et Daniel Thin (dir.), *S'en sortir malgré tout. Parcours en classes populaires*, Paris, La Dispute, 2019).
- 2 Ce texte a été publié initialement dans Sylvia Faure et Daniel Thin (dir.), *S'en sortir malgré tout. Parcours en classes populaires*, Paris, La Dispute, 2019.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 27/09/2024

Aprovação do trabalho: 10/11/2024

Publicação do trabalho: 20/03/2025

 10.46230/lef.v16i4.15233

COMO CITAR

THIN, Daniel. Tradução de Cláudia Chaves e Sandra Carvalho Quando o coletivo produz recursos: mobilizações de grupos de mulheres, moradoras de bairros populares, e sua relação com as instituições. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.4, 2024, p. 251-270. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagem-memfoco/article/view/15233>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

mulheres das frações inferiores das classes populares, que moram em bairros populares periféricos da cidade de Lyon, na França. O estudo desses grupos revela a produção de recursos inexistentes para cada um dos membros tomados isoladamente. Esses recursos constituem também uma “resistência objetiva” à dominação. Esse acompanhamento e a pesquisa mostram efeitos de socialização e o desenvolvimento de um conjunto de recursos mobilizáveis pelo coletivo e por cada uma das participantes, sobretudo nas relações com as instituições. Em decorrência, essas mobilizações ocasionam um processo de (re)qualificação simbólica que está inscrito, desde o início, no projeto de anunciar publicamente um outro discurso sobre a vida dos moradores dos bairros populares.

Palavras-chave

Grupos de Mulheres. Mobilização Social. Narrativas de Resistência.

Résumé

L'article analyse les changements intervenus dans la vie des femmes et dans leurs relations avec les institutions sociales à la suite de la confrontation à des exigences telles que leur relation avec l'école, le logement social, l'employabilité et le travail, entre autres. Il s'agit d'une étude qualitative, ethnographique et sociologique qui a été développée en suivant ces collectifs, leurs débats, leurs récits et leurs mobilisations. Les groupes sont constitués de femmes issues des fractions inférieures des classes populaires et vivant dans des quartiers populaires de la périphérie de la ville de Lyon, en France. L'étude de ces groupes révèle la production de ressources qui n'existent pas pour chaque membre pris isolément. Ces ressources constituent aussi une « résistance objective » à la domination. Ce suivi et cette recherche montrent les effets de la socialisation et le développement d'un ensemble de ressources mobilisables par le collectif et par chacune des participantes, notamment dans leurs relations avec les institutions. Ces mobilisations induisent ainsi un processus de (re)qualification symbolique qui s'inscrit d'emblée dans le projet d'annoncer publiquement un autre discours sur la vie des habitants des quartiers populaires.

Mots-clés

Groupes de Femmes. Mobilisation Sociale. Récits de Résistance.

Introdução

Se sabemos que os membros das camadas inferiores das classes populares nunca são tão desprovidos de recursos quanto às visões mais miserabilistas nos deixam pensar³, sabemos também que o enfraquecimento das redes de sociabilidade e o relativo isolamento dos mais “precários” contribuem para reduzir os recursos mobilizáveis para enfrentar as obrigações cotidianas, as dificuldades financeiras e materiais, as relações com as instituições ou para resistir à desqualificação simbólica. Assim, as pesquisas sobre evasão escolar⁴ mostraram, entre outras coisas, que a precarização e a degradação das condições de existência das famílias estão associadas a formas de isolamento relativo e de redução das redes de sociabilidade⁵. Essa redução é, ao mesmo tempo, uma redução das solidariedades e dos recursos para enfrentar as dificuldades da vida no plano econômico,

3 Sylvie Fol, « Mobilité et ancrage dans les quartiers pauvres : les ressources de la proximité », *Regards Sociologiques*, n°40, 2010, p. 27-43.

4 Mathias Millet et Daniel Thin, *Ruptures scolaires. L'école à l'épreuve de la question sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 2005.

5 Mathias Millet et Daniel Thin, « Le temps des familles populaires à l'épreuve de la précarité », *Lien social et politiques – RIAC*, n° 54, 2005, p. 153-162.

da saúde⁶ ou ainda da educação das crianças, a tal ponto que podemos falar de “vulnerabilidade relacional”⁷.

O efeito do relativo isolamento é particularmente significativo para as mulheres que, na maioria das vezes, têm de assumir as tarefas domésticas, educativas e enfrentar as relações com as instituições (escola, serviço social, saúde etc.), principalmente quando o cônjuge se vê social e simbolicamente desqualificado pelo desemprego que o impede de exercer seu papel econômico tradicional e, ainda mais, quando as mães se veem sozinhas para realizar essas diferentes tarefas e sem apoio educativo para ajudá-las. Entretanto, as pessoas das faixas inferiores das classes populares e, inclusive as mulheres, nem sempre são “condenadas” ao isolamento. Embora isso seja pouco divulgado no espaço midiático-político e, relativamente pouco no espaço científico, os bairros populares conhecem também formas de reagrupamentos de habitantes (aqui moradoras) que tentam enfrentar, coletivamente, as diferentes dimensões de sua existência, de desafiar as instituições e de resistir à estigmatização. O estudo desses grupos revela a produção de recursos ou de “contra-desvantagens”⁸ inexistentes para cada um dos membros tomado isoladamente.

A oportunidade de mudar o foco da análise das famílias de classes populares, vistas isoladamente, para grupos de moradoras “mobilizadas” e de analisar os efeitos da participação nesses grupos nos foi dada pela solicitação para acompanhar grupos de moradoras em um trabalho de “construção de saberes próprios” sobre o “abandono escolar” de inúmeras crianças dos bairros onde elas vivem⁹. Esse acompanhamento, ao longo de vários anos¹⁰, e a pesquisa que surgiu a partir de então¹¹ mostram efeitos de socialização e o desenvolvimento de

6 Uma pesquisa anterior mostra como algumas famílias contam com o apoio de vizinhos ou de familiares para enfrentar as despesas de saúde ou para resolver os problemas de saúde das crianças. Daniel Thin, « Tant qu'on a la santé... ». Des familles populaires et de la santé de leurs enfants, relatório de pesquisa, GRS-Université Lumière Lyon 2, mimeo, outubro 1997, 119 p.

7 Claude Martin, « La vulnérabilité relationnelle : une composante de la précarité », in Del Sol Marie et al., Nouvelles dimensions de la précarité, Rennes, PUR, 2001.

8 Claude Grignon et Christiane Grignon, « Styles d'alimentation et goûts populaires », Revue Française de Sociologie, XXI, 1980, p. 531-569.

9 No âmbito de uma “Universidade Popular de Pais” (UPP).

10 Principalmente de setembro de 2006 até o final de 2008, como parte do acompanhamento da UPP, depois até 2011 e de forma mais intermitente nos anos seguintes.

11 Em termos empíricos, a pesquisa se delineia a partir de observações exaustivas das reuniões dos grupos (que foram gravadas), das suas intervenções públicas e dos seus encontros com membros de várias instituições, do estudo de numerosos documentos produzidos pelos grupos e de entrevistas, por vezes repetidas, com as participantes nas ações coletivas.

um conjunto de recursos mobilizáveis pelo coletivo e por cada uma das participantes, sobretudo nas relações com as instituições¹².

1 Organizar-se para questionar as instituições; grupos (todos) contra as instituições

Os grupos estudados (as participantes falam de grupos) nasceram para problematizar questões essenciais em centros sociais ou em casas de bairro em torno de uma mediadora, a partir de ações de alfabetização ou de acompanhamento escolar, com o objetivo de se fazer ouvir sobre questões ligadas ao bairro, à escola, à saúde, ao desemprego etc. Nascidos nos anos 90, na esteira da política urbana, eles criaram em 1996, após várias reuniões no âmbito da região Rhône-Alpes, um coletivo encarregado de colocar em rede os diferentes grupos, nomeado *Collectif Paroles de femmes* (Coletivo Falas de Mulheres)¹³. Reivindicando uma “fala” dos bairros populares, questionando as instituições, elaborando reclamações, sua ação se situa na interseção da ação social e da ação militante, lembrando (em alguns aspectos) as ações de “comunidade organizada”¹⁴.

Os grupos são constituídos de mulheres das frações inferiores das classes populares, que moram em bairros populares periféricos da cidade de Lyon¹⁵. Uma grande parte das participantes é de mulheres de “origem imigrante” (magrebina, africanas principalmente), mas não todas. Elas estão, sobretudo, desempregadas ou com empregos precários de carga horária reduzida, em postos de empregadas ou operárias pouco qualificadas ou sem nenhuma qualificação. Quando elas têm cônjuges/companheiros, estes são operários pouco qualificados, frequentemente estão desempregados ou em empregos precários. A maioria dessas mulheres teve pouco tempo de escolaridade, às vezes, em salas cujos alunos apresentam significativas dificuldades escolares (SEGPA – *Sections d’enseignement général et professionnel adapté* / Seção adaptada de educação geral e profissional, classe de transição etc.); algumas não foram escolarizadas; duas ou três alcançaram o nível do ensino médio. Tendo pelo menos 40 anos, elas têm

12 Os primeiros elementos de análise foram publicados em Sylvia Faure e Daniel Thin, “Femmes des quartiers populaires, associations et politiques publiques”, *Politix*, 2007/2, n.º 78, pp. 87-106.

13 O “coletivo” foi informal durante muito tempo, mas teve de adotar o estatuto de associação quando uma das associações do sector “social” que o acolhia deixou de existir.

14 Embora isso não seja uma referência mobilizada nos grupos estudados, duas das mediadoras se inspiram bastante na pedagogia emancipatória de Paulo Freire.

15 Mas o coletivo reuniu grupos de toda a região Rhône-Alpes.

filhos (às vezes adolescentes ou jovens adultos) e muitas delas enfrentam dificuldades com seus filhos, em matéria de escolaridade, às vezes de delinquência e de relação com a polícia ou com a justiça, o que explica por que o ponto de partida de muitas de suas atividades está ligado ao seu papel de mãe.

Os grupos e o coletivo têm por objetivo colocar, na agenda pública, questões relativas às condições de existência nos bairros populares, de elaborar saberes a partir das experiências e das práticas dos moradores e de desafiar diversas instituições ligadas aos bairros populares. Esta postura está presente desde a origem dos grupos e do coletivo que se engajaram nas possibilidades oferecidas pela Política da Cidade quando ela enfatizava “a expressão dos moradores” e a “participação”¹⁶ desses sujeitos. Assim, a rede informal de grupos de bairros populares em Rhône-Alpes, que deu origem ao coletivo, organiza (entre 1995 e 2005) colóquios¹⁷ sobre diferentes temas relacionados às condições de vida dos bairros populares (o desemprego, a situação dos jovens, a droga, a violência nos bairros, as relações entre as famílias e a escola) durante os quais os membros de grupos da Região compartilham suas experiências e seus pontos de vista com a intenção de produzir um inventário com base nas experiências cotidianas em cada bairro. Esses colóquios se tornam, rapidamente, espaços de contestação contra as instituições (a prefeitura¹⁸, política urbana, a instituição escolar etc.) convidadas a enviar representantes para escutarem o que as participantes têm a dizer. Além disso, os grupos e o coletivo redigem listas de queixas (por exemplo em 2005, durante os “motins urbanos”) e se inscrevem, de maneira crítica, em diferentes programas institucionais como a conferência da família ou os assentos da “democracia participativa” da região Rhône-Alpes. Enfim, eles buscam o apoio e o reconhecimento dessas instituições como no caso da “Universidade Popular de Pais - UPP” cujo trabalho de reflexão sobre a evasão escolar foi reconhecido e promovido pela Academia de Lyon.

16 Uma parte das atividades depende das instituições que as financiam, que lhes disponibilizam instalações etc. (Política Urbana, Região, Prefeituras, FASDIL-ACSE / Agence nationale pour la Cohésion Sociale et l'Égalité des chances).

17 Esses colóquios reúnem até 400 participantes que representam uma centena de grupos da Região Rhône-Alpes. Esses eventos intitular-se-ão, por exemplo, “Da palavra aos gritos”, “Da palavra aos atos” ou, ainda, “Parents démissionnaires ? Parents démissionnés !”. Nota do autor : “A palavra “parents démissionnaires ? Parents démissionnés !” significa que, enquanto as instituições dizem que os pais das famílias populares são irresponsáveis e demitidos, grupos de mulheres dizem que são as instituições e o funcionamento da sociedade que colocam os pais em uma posição onde eles não podem cumprir seu papel de pais ».

18 Na França, “préfecture” significa a representação e o poder do Estado em um departamento.

2 Da revolta impotente aos recursos

Essa confrontação frequente e ao longo do tempo, com várias instituições e seus gestores, gera múltiplas transformações nas perspectivas das participantes sobre as instituições, produz “competências”, conhecimentos e novas disposições que podem ser mobilizadas ou ativadas coletiva e individualmente, constituindo assim novos recursos para as participantes. Essas transformações são ainda mais significativas porque as primeiras observações mostram que, em sua relação comum com as instituições familiares¹⁹ (que são a escola, a prefeitura, o centro social, os locadores sociais etc.), as quais elas não nomeiam nem percebem como “instituições”, as participantes aparecem ao mesmo tempo dominadas e relativamente desprovidas. A atividade de “construção de saberes” é realizada a partir da expressão dos problemas e da experiência cotidiana das participantes. Observamos que estas falam, em primeiro lugar, das dificuldades com as instituições com as quais elas têm ligação. As primeiras reuniões observadas começam geralmente por intervenções espontâneas de mulheres em lágrimas e revoltadas com as palavras de professores, ou porque determinado subsídio não chegou, ou porque se fala em “colocar” seu filho, ou porque ele foi excluído do colégio, ou ainda por causa de conflitos com o locador social²⁰. No que concerne à escola em especial, os comentários são frequentemente muito hostis contra tal agente da instituição escolar ou contra a escola em geral. As participantes expressam um duplo sentimento de humilhação e de não serem escutadas. É essa relação com as instituições, que se traduz por práticas de recuo ou de evitamento, da revolta e dos enfrentamentos ou ainda da resignação, que vamos ver se transformar no decorrer de nossas observações.

3 Inverter o discurso sobre os bairros populares e seus moradores

A mudança na relação com as instituições está inscrita no projeto de construir e de legitimar um discurso que se amplie a voz²¹ dos bairros populares e

19 Yasmine Siblot, “Les rapports quotidiens des classes populaires aux administrations. Analyse d'un sens pratique du service public”, *Sociétés Contemporaines*, 2005, n.º 58, pp. 85-103; Yasmine Siblot, *Faire valoir ses droits au quotidien. Les services publics dans les quartiers populaires*, Paris, Presses de la FNSP, 2006.

20 Na França, existem habitações de “locação social” como uma política de redução de desigualdades para famílias trabalhadoras e de classe média até um certo limite de renda.

21 Com o problema de saber o que torna esta fala dos grupos mais legítima do que outras “falas” nos bairros populares.

que rejeite a estigmatização e as qualificações dominantes que as mulheres encontram nos discursos das instituições e de seus agentes. Uma grande parte da atividade dos grupos e do coletivo²² consiste em construir essa voz coletiva com o objetivo de se qualificar de uma maneira diferente e, frequentemente, de “revirar o estigma” ou de afastá-lo, como podemos ver no título de um colóquio, sugerindo que os pais não estão “se resignando”, mas “resignados” pelas condições de existência e pelo olhar da instituição escolar. As palavras de uma dentre elas, em resposta a uma entrevista, ilustram bem esta postura: “Não seria necessário considerar, antes de tudo, que são os pais que são resignados pela demissão dos pais, pela desvalorização a que são sujeitos (até mesmo aos olhos dos outros), pelo cuidado das crianças por inúmeras estruturas?”²³. A elaboração de uma “voz própria” passa por “pesquisas” e reflexões sobre questões como a escolaridade das crianças, a saúde nos bairros populares, a violência, a participação na vida pública, o emprego e o desemprego etc., com o objetivo declarado de construir os próprios saberes sobre os bairros populares²⁴, que podem se opor aos discursos das instituições.

A importância dessa “tomada de fala” para mulheres que são, na maioria das vezes, faladas por outros²⁵, pode ser analisada como uma tentativa de se reapropriar da caracterização dos moradores dos bairros populares e das situações nas quais eles vivem. Ela aparece como uma recusa da relação de dominação inscrita nos discursos institucionais, em todo o caso, uma recusa de ser o produto da designação pelas instituições e o alvo de suas ações²⁶. De uma só vez, ela modifica a percepção que as mulheres têm delas mesmas e das instituições com as quais lidam, relativizando em parte os discursos dessas últimas. Enfim, ela lhes

22 O trabalho realizado nos grupos, nos colóquios e em outras reuniões como as da UPP.

23 Sylviane, in *La lettre du réseau de la démocratie participative en Rhône-Alpes*, n°4, mai 2006.

24 Isso explica a participação e a elaboração de uma “UPP” que fui convidado a acompanhar.

25 “Dominadas até na produção de sua imagem do mundo social e, conseqüentemente, de sua identidade social, as classes dominadas não falam, são faladas”. Pierre Bourdieu, “Une classe-objet, post-scriptum” in *Le bal des célibataires. Crise da sociedade rural em Béarn*, Paris, Seuil, 2002, p. 255. E quando os grupos escrevem “falamos de nós, pensamos por nós”, é uma maneira de dizer que os habitantes dos bairros populares são constituídos em “classe-para-os-outros”.

26 Esta postura não é isenta de um certo populismo (conferir Claude Grignon, Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le populaire. Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*, EHESS/Gallimard/Le Seuil, 1989 e Jean-Pierre Olivier de Sardan, “Populisme méthodologique et populisme idéologique en anthropologie”, in Jean-Louis Fabiani (dir), *Le Goût de l'enquête*. Pour Jean-Claude Passeron, L'Harmattan, 2001. Observamos, assim, tendências para valorizar a fala das mulheres dos grupos ou “a voz dos bairros populares” como voz mais forte, mais verdadeira do que a voz das instituições e de seus agentes, dando origem ao que se poderia chamar um mito da fala autêntica porque é popular.

fornece ferramentas para agir coletiva e individualmente e ultrapassar a impotência que muitas vezes caracteriza suas relações com as instituições. Assim, é toda a atividade coletiva junto a instituições que produz recursos para as participantes, sobretudo por seus efeitos de socialização.

4 Uma socialização que produz recurso

De fato, o acompanhamento dos grupos, durante um longo período, revelou aprendizagens e transformações na vida das participantes que modificam suas práticas, suas capacidades de ação e suas relações com as instituições.

Interagir com as instituições, apoiando-se em seus próprios saberes e em um discurso que difere dos discursos institucionais, ainda que não consiga rompê-los, implica em um trabalho de colocação da voz das mulheres, em uma participação em instâncias até então desconhecidas e em interações com seus agentes, como elementos produtores de aprendizagens, de conhecimentos de novas instâncias e de transformação das maneiras de ser e de fazer. A primeira mudança visível se refere à fala: as participantes sendo encorajadas a tomar a palavra dentro dos grupos, durante reuniões entre grupos e em eventos públicos, muitas vezes oficiais; ou seja, a palavra falada se tornando um instrumento para poder se expressar diante dos agentes das instituições e, mais amplamente, no espaço público.

A observação da Universidade Popular de Pais sobre o “abandono escolar” mostra o processo de construção da voz. Nas primeiras reuniões, cada uma chega com suas preocupações, suas experiências, às vezes suas reações a um acontecimento (“meu filho acabou de ser excluído”, “eu discuti com o professor”) e a expressão é dominada pelas emoções como a raiva, a tristeza ou o desespero. O trabalho realizado coletivamente e com o incentivo das mediadoras consiste em organizar essas falas para destravar questões comuns e mais gerais como aquelas das exclusões escolares ou das relações entre pais e professores. Este trabalho pressupõe que as mulheres superem suas emoções, que se escutem umas às outras e que não falem todas ao mesmo tempo, para que disciplinem sua fala. Isso implica igualmente uma colocação das falas para que estas possam ser discutidas com os outros grupos que participam na UPP sobre “abandono escolar” e que essas mulheres possam ser apresentadas a agentes de instituições, tais como professores, assistentes sociais, gestores de instituições, representantes eleitos, etc.

Essa organização da fala passa sobretudo pela escrita, inicialmente sob a

forma de etiquetas (o chamado método dos papezinhos) coladas na parede, depois reagrupadas por temas ou noções, e discutidas quanto às palavras utilizadas e às ligações estabelecidas. Essas práticas se encontram nas práticas pessoais de várias mulheres (que dominam a escrita, o que não é o caso de todas) pela escrita de textos para dizer o que elas sentem, na leitura de documentos administrativos ou a escrita de “papezinhos” para si, como lembretes ou para organizar seu pensamento²⁷. Além disso, são as modalidades de expressão de cada uma que se transformam para alcançar a fala pública, em um movimento que vai da emoção ao discurso. Para algumas, se trata de passar do silêncio à palavra, como Malika que se diz “tímida”, fala pouco durante as primeiras reuniões e que, mais tarde, intervém várias vezes de maneira calma em ocasiões oficiais. Para outras, observamos uma passagem da fala espontânea, às vezes “crua” e direta, para a fala controlada, controlada tanto por ser mais formalizada quanto por tentar dominar os seus efeitos para tornar mais aceitáveis seus comentários. A essa socialização do discurso público se soma o que podemos chamar de uma aprendizagem das instituições.

Os encontros coletivos com as instituições e seus representantes, com professores, assistentes sociais, representantes eleitos, prefeitos etc., introduzem os membros dos grupos em um mundo novo que elas não conhecem ou conhecem somente de maneira confusa e parcial através de suas relações com as instituições locais. A abertura para esse mundo institucional passa pela descoberta, aprendizagem de palavras ou de expressões estranhas até então a seu vocabulário e que lhes permitem compreender melhor as instituições que regem suas vidas e aquelas dos bairros populares. É assim com os títulos de subprefeito para a política urbana, de reitor ou de inspetor da Academia (provavelmente um dos menos desconhecidos, mas que assume uma outra realidade no decorrer dos encontros diretos) ou ainda de conselheiro regional. É assim também com siglas e termos institucionais como PRE para *projet de réussite éducative* (projeto de sucesso educativo), “democracia participativa”, PLU para *plan local d’urbanisme* (plano local de urbanismo). Através desse novo léxico se constrói um conhecimento do funcionamento das instituições, de sua organização e dos interlocutores pertinentes para a ação coletiva, mas também para as abordagens individuais.

As mulheres mais engajadas se encontram regularmente com respon-

27 Evidentemente, isso diz respeito sobretudo às mais escolarizadas dentre elas.

sáveis institucionais, com representantes eleitos e aprendem a conhecer o seu papel institucional, mas também sua posição na instituição. Assim, elas podem identificar aqueles com os quais elas podem contar para suas ações e que podem se tornar aliados do coletivo. Algumas se beneficiam²⁸ desse apoio em suas futuras trajetórias (cf. abaixo) ou em experiências extraordinárias, considerando seu meio social como no caso de Sylviane que está na Bolívia com um conselheiro regional para participar de encontros internacionais sobre a “democracia participativa”.

Uma outra mudança resulta das observações. A reunião com os agentes das instituições, às vezes pouco conhecidos, ou com os quais as relações eram frequentemente conflituosas, leva as participantes a descobrirem seus pontos de vista ou os constrangimentos de suas atividades profissionais. Esse é, particularmente, o caso dos encontros com os professores, conselheiros de educação e outros agentes da instituição escolar no final da UPP sobre o “abandono escolar”. Embora esses agentes da instituição escolar estejam numa postura favorável aos diálogos com essas mães de bairros populares, a primeira reunião é tensa e suscita fortes “mal-entendidos”, as mulheres se sentem estigmatizadas enquanto mães e criticam os agentes por sua pouca empatia para com seus filhos. Ao longo dos encontros, observamos uma evolução do discurso das participantes, começando por dizer “é verdade que o trabalho deles nem sempre é fácil”, depois considerando em suas próprias reflexões os pontos de vista daqueles que trabalham nos estabelecimentos escolares. Essa consideração não é isenta de efeitos nas práticas das mulheres, por exemplo, em suas relações com seus filhos, se destacarmos, por exemplo, a retomada de discursos sobre a autonomia dos filhos ou sobre “donner un cadre”²⁹. Além disso, ela enriquece os recursos argumentativos das participantes que podem mostrar seu conhecimento do trabalho de seus interlocutores e nele se basear para discutir uma decisão que lhes diz respeito.

5 Transformação das relações no cotidiano

Os conhecimentos adquiridos através das ações com e para as instituições se refletem nas relações com as instituições “familiares” que parecem ter

28 Embora algumas mulheres se “beneficiem” dessas relações, essa é uma das dimensões em que as diferenças entre as mulheres são mais acentuadas, em função do seu capital e das suas disposições, bem como do seu lugar ou de seu papel nos grupos e no coletivo.

29 A expressão francesa « donner un cadre » significa aqui « proporcionar um quadro de referências ou limites educacionais e psicológicos à crianças.

sido facilitadas. Por um lado, as mulheres “aprenderam” a falar com agentes institucionais e adquiriram autoconfiança para tomar a palavra. Elas destacam que discutem mais facilmente com os professores, que sentem menos medo quando os encontram. Compreendendo melhor as questões escolares, tendo construído argumentos para defender seu ponto de vista, elas se sentem melhor armadas para enfrentar a escolaridade de seus filhos. Por outro lado, suas atividades obtiveram um relativo reconhecimento institucional através da recepção de suas reflexões sobre o “abandono escolar” por uma audiência de gestores da instituição de ensino, o convite a várias delas para intervir em formações de professores e de assistentes sociais e uma cobertura da mídia local, elas se beneficiam de uma maior legitimidade aos olhos de seus interlocutores locais. Assim, várias situações testemunham que, quando a escola ou o colégio identifica as mães como participantes na Universidade Popular de Pais ou em outras atividades mais locais, o comportamento dos agentes da instituição escolar não é mais o mesmo e a recepção é diferente, mesmo que as discordâncias ou os mal-entendidos persistam.

As relações são também facilitadas com a prefeitura, as mulheres aparecendo, aos olhos das municipalidades (em maior ou menor grau de acordo com as municipalidades) como interlocutores válidos ou, em todo caso, como “mediadoras” da vida dos bairros populares (em um caso como apoiadores políticos). Além disso, as mulheres aprenderam a identificar os interlocutores da administração municipal e os interlocutores políticos e algumas delas podem utilizar esse conhecimento para contornar os obstáculos. Isso pode, por exemplo, favorecer uma mudança esperada, acelerar o trâmite de um processo de solicitação de assistência social etc. Podemos falar aqui sobre o que Yasmine Siblot analisa em termos de interconhecimento com os agentes administrativos, interconhecimento que atua ao mesmo tempo para facilitar os procedimentos e fomentar o reconhecimento simbólico que não reduz o indivíduo a um usuário anônimo³⁰, mas um interconhecimento que não é (ou não somente) o registro das sociabilidades, na medida em que se baseia numa (pequena) legitimidade institucional das participantes em atividades coletivas.

Dessa forma, a experiência no coletivo, os conhecimentos das diversas administrações, a vontade de se defender e de adotar (ainda que seja muito pouco) as formas acordadas, as competências adquiridas podem funcionar como recur-

30 Yasmine Siblot, *Faire valoir ses droits au quotidien. Les services publics dans les quartiers populaires*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2006.

tos na vida cotidiana das participantes no coletivo, sobretudo nas relações com a escola, os serviços que acolhem as crianças, os serviços municipais etc.

6 Ampliação dos suportes e dos recursos relacionais

Além desses efeitos de socialização e de transformação das relações com as instituições, a ação coletiva observada aumenta os apoios das participantes para enfrentar as obrigações e as dificuldades de sua vida de mulheres de bairros populares. Assim, a participação nos grupos e no coletivo cria novas relações entre mulheres, que se tornam geralmente relações de ajuda mútua, principalmente no seio de cada grupo de bairro. A ajuda é, inicialmente, uma ajuda de sociabilidade entre vizinhos³¹, mas ampliada pela participação no grupo: cuidado com crianças, ajuda para as “compras”, acompanhamento para procedimentos administrativos ou médicos. Por exemplo, Chafia acompanha Aicha ao tribunal onde seu filho deve comparecer: “Para o tribunal de seu filho, eu a acompanhei uma vez, eu fui... eu nunca havia colocado os pés em um tribunal. Eu fui... [*Para apoiá-la*] ...para apoiá-la, sim. É... isso deve ser muito difícil. Ela ainda vai passar por isso em breve”. É também um apoio mútuo alimentado pelas discussões no grupo, por exemplo, para ajudar a resolver um problema com um professor ou para ajudar a refletir e a tomar medidas para a orientação de uma criança. Sobre tudo local, a ajuda pode também acontecer entre os grupos através do coletivo, como quando uma mulher encontra apoio em um grupo de um outro município para a procura de um lugar de estágio para seu filho, ameaçado de não poder concluir seu curso profissionalizante por causa do fechamento de seu lugar inicial de estágio.

Para além desses recursos de apoio³² mútuo, são também formas de apoio ou de sustentação que permite a participação nos grupos e a ação coletiva. Como mencionamos acima, as reuniões da Universidade Popular de Pais sobre o “abandono escolar” se baseiam na experiência, muitas vezes imediata, das participantes e começam frequentemente pela expressão das dificuldades encontradas e das emoções provocadas por estas mulheres. A função de apoio

31 Pierre Gilbert demonstrou, a partir de Minguettes, que as competências sociais das mulheres continuavam fortes nos bairros populares, contrariamente às percepções mais comuns. Pierre Gilbert, *Les classes populaires à l'épreuve de la rénovation urbaine. Transformations spatiales et changement social dans une cité HLM*, tese de doutoramento em sociologia e antropologia, Université Lyon 2, dezembro de 2014.

32 Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.

reside, primeiramente, na possibilidade de expressar e de compartilhar em um espaço (se não público, pelo menos coletivo) as emoções e as dificuldades ou acontecimentos que as provocam. Assim, Helena chega muito agitada na reunião e começa a falar (sem se dar conta da “ordem do dia”) do conflito que ela acaba de ter com o professor que planeja propor uma orientação no SEGPA para seu filho. Um tempo de discussão (um pouco confuso) se segue durante o qual as outras participantes consolam, tranquilizam, apoiam, mencionam seus próprios casos, propõem “soluções” etc. Aos poucos, Helena se acalma e o problema que ela expõe se torna uma questão coletiva, um assunto para discussão, análise, reflexão etc., sobre a estigmatização dos filhos ao relegá-los a espaços escolares marginais, para “anormais de escola”. Entretanto, os grupos não são comparáveis a centros de escuta para orientação psicológica³³, porque o que dá apoio é também o trabalho de tradução dos problemas ou dos “males individuais” (aparentemente individuais) em questões coletivas, em problemas sociais que afetam os moradores dos bairros populares e, mais adiante, em reivindicações, reclamações, propostas de mudança etc. Essa conversão autoriza um distanciamento do “problema”, que não é mais individual, e uma politização deste, traduzindo assim a experiência subjetiva baseada só em queixas de natureza coletiva, para levá-las às instituições públicas. Ao mesmo tempo, essa conversão fomenta ferramentas argumentativas, mais ou menos bem dominadas, de acordo com as participantes, para agirem, por exemplo, sobre a escolarização dos filhos ou para não se deixarem levar pelas decisões da instituição escolar, do serviço social ou de uma outra instituição.

Nesse sentido, o envolvimento nos grupos tende a diminuir o que Claude Martin chama de “vulnerabilidade relacional”, quer dizer, o enfraquecimento do capital relacional que ele define da seguinte forma: “Por capital relacional, nós entendemos ser o conjunto dos recursos (afetivos, materiais, de informação, de apoio etc.) que passam pela rede de relações de uma pessoa”³⁴. Podemos discutir a qualificação de capital empregada aqui, pois estende o conceito de capital ao conjunto das relações de uma pessoa sem apreender o efeito dessas relações sobre um “mercado”³⁵. Em contrapartida, a extensão das relações aos agentes que

33 Didier Fassin, *Des maux indicibles. Sociologie des lieux d'écoute*, Paris, La Découverte, 2004.

34 Claude Martin, « La vulnérabilité relationnelle : une composante de la précarité », in Marion Del Sol, Anne Eydoux, Annie Gouzien, Pierre Merle, Pascale Turquet, *Nouvelles dimensions de la précarité*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2001, p. 327.

35 Pierre Bourdieu, « Le marché linguistique », in *Questions de sociologie*, Paris, Minuit, 1984.

têm mais capital e legitimidade tende a constituir um (pequeno) capital social para as participantes mais engajadas. Com efeito, a participação nas atividades dos grupos amplia as relações das participantes para além do universo das classes populares e dos membros das classes médias imediatas como as mediadoras encontradas nos centros sociais e no seio do coletivo *Paroles de femmes*. Como vimos, a atividade dos grupos conduz a se reunir com representantes políticos eleitos, não apenas municipais, mas regionais, por exemplo, com gestores da assistência social, com representantes de instituições como a prefeitura, ou ainda com inspetores da Academia e com pesquisadores como o autor destas linhas e um ou dois outros sociólogos. O estabelecimento de vínculos com agentes que têm mais capital legítimo também gera recursos que ultrapassam a estrutura do interconhecimento com as instituições locais. Elas podem apoiar a ação dos grupos, por exemplo, para obter meios financeiros ou para se envolver em uma iniciativa regional. Elas intervêm também na vida de várias participantes, por exemplo, por meio de cartas de recomendação ou pela informação sobre a existência de determinado programa ao qual Sylviane poderia se dirigir para tentar resolver os problemas escolares de seu filho. Podemos, portanto, falar da constituição de um pequeno capital social para as participantes mais ativas com a expansão de relações úteis e potencialmente mobilizáveis que podem servir para esta ou aquela abordagem³⁶, mas que também podem dar maior legitimidade e credibilidade àquelas que se recomendam através de suas relações com esses agentes.

No entanto, esse capital social é frágil, porque se baseia sobretudo em relações personalizadas com cada um dos agentes “legítimos”, diferentemente de dominantes cujas listas de contatos são vastas e se baseiam também em posições sociais nas instituições, nas empresas e nos lugares de poder³⁷; e basta uma mudança de posto, da perda de uma eleição etc., para que esse capital social seja enfraquecido.

7 Requalificação simbólica

Finalmente, na ordem dos recursos ou dos apoios, é necessário ainda clas-

36 Podemos pensar aqui no que Isabelle Coutant evoca quando fala da relação socioeducativa como capital social (com ponto de interrogação). Isabelle Coutant, *Délit de Jeunesse. La justice face aux quartiers*, Paris, La Découverte, 2005.

37 Se o PDG (Presidente Diretor Geral) de uma grande empresa muda, o detentor de um capital social importante ainda mantém em seu “portfólio” de capital social, o novo PDG dessa empresa devido à sua própria posição social.

sificar os impactos simbólicos da participação na ação coletiva dos grupos e do coletivo *Paroles de femmes*, participação que concorre com a (re)qualificação simbólica das mulheres envolvidas, aos seus próprios olhos, aos olhos das pessoas mais próximas e dos agentes das instituições. Esse processo de (re)qualificação simbólica está inscrito desde o início no projeto de anunciar publicamente um outro discurso sobre a vida dos moradores dos bairros populares e que reúne três afirmações: o mundo social dos bairros populares não é redutível ao discurso dominante que o qualifica, na maioria das vezes, em termos negativos; as moradoras dos bairros populares são portadoras de saberes sobre seus bairros e seus habitantes; esses saberes podem e devem ser úteis para as políticas públicas que pretendem trabalhar no sentido de uma melhoria das condições de vida nos bairros populares. Em um documento endereçado a outras Universidades Populares de País, encontramos a seguinte frase que destaca a importância de resistir à estigmatização: “A UPP do Coletivo *Paroles de Femmes* Rhône-Alpes é uma resposta à estigmatização que nós sofremos, nós, os pais dos bairros populares e nossos filhos”.

Esse processo de (re)qualificação simbólica é perceptível nos comentários das participantes em público ou em entrevista, por exemplo, quando elas contestam a afirmação de uma candidata às eleições regionais de que conhece bem os bairros populares porque ensinou lá ou quando uma dentre elas declara “eu, eu faço a política, eu digo a política dos moradores” ou ainda na expressão inúmeras vezes repetida em público: “somos pobres, mas não somos estúpidas”. Inúmeros indícios testemunham que o olhar das mulheres sobre si mesmas muda ao longo das atividades, que isso seja a nova autoconfiança que elas demonstram em suas relações com os agentes das instituições ou o orgulho que elas exprimem quando um livro é publicado e lhes é oferecido no qual seus nomes aparecem como colaboradoras da obra: “eu falo disso aos meus filhos e ao meu marido; eles estão orgulhosos de sua mãe; meu melhor presente é este livro”. (Falas ao público durante a apresentação do livro sobre as UPP). A satisfação pessoal é redobrada pelo orgulho dos filhos e do marido, às vezes inicialmente reticentes quanto ao envolvimento da esposa ou da mãe nas atividades públicas.

A (re)qualificação simbólica aos seus próprios olhos e aos olhos das pessoas que lhes são próximas (incluindo por um lado a vizinhança) passa igualmente pelo capital social. As relações estabelecidas com agentes providos de uma (forte) legitimidade não são isentas de benefício simbólico para as participantes. Várias dentre elas fazem questão de reforçar para os vizinhos, ou mais publicamente, as relações que elas preservam com essas “personalidades”. Durante o desenvol-

vimento da pesquisa, não deixamos de nos mobilizar nos eventos públicos, com as participantes nos apresentando (às vezes com tom de humor) como o “seu” sociólogo, valorizando nossas qualidades de pesquisador e de universitário, destacando nossos laços institucionais como forma de dar mais legitimidade às suas ações e, talvez, de atrair o relativo prestígio do pesquisador.

A (re)qualificação simbólica mais evidente se consolida no reconhecimento institucional adquirido pelos grupos e pelo coletivo. Forjar a escuta da “fala”, das demandas e das propostas dos moradores dos bairros populares se alinha com a busca de um reconhecimento das instituições, um reconhecimento de um saber, de um ponto de vista legítimo e útil sobre os bairros populares e seus moradores, e um reconhecimento nos termos “próprios” dos grupos de mulheres e do coletivo. Esse reconhecimento autoriza a participação nas iniciativas e nas reflexões das instituições sobre e nos bairros populares, permite apresentar os “saberes” sobre determinada questão de interesse para os bairros populares, como vários grupos o farão a respeito da saúde nos bairros onde estão implantados ou ainda permite reconhecer as competências de algumas das participantes, atribuindo-lhes funções de mediação nos bairros populares.

A ação na UPP sobre o “abandono escolar” é muito reveladora do movimento que se configura a partir do protesto ao reconhecimento e à colaboração. Partindo de uma forte crítica à escola, os grupos questionam a ideia de “pais demissionários”, depois dois grupos (principalmente) se ocupam de um longo trabalho de constituição de saberes sobre as dificuldades escolares das crianças de bairros populares. Mais tarde, os grupos confrontam seu ponto de vista coletivo, assim constituído nas reflexões sobre os mesmos temas de um grupo de agentes da instituição escolar na ocasião dos seminários patrocinados pela Academia de Lyon³⁸. O resultado desse trabalho e desses encontros é apresentado depois a várias instâncias oficiais: em um estabelecimento da Educação nacional, diante de uma plateia de inspetores, diretores, professores e outros agentes da instituição escolar; durante um colóquio organizado pela ACEPP³⁹ para apresentar as UPP e seus resultados nos locais de “Science Po Paris” na presença da secretária de Estado da Política Urbana. Esse processo dá uma legitimidade ao coletivo e aos grupos que são em seguida muito solicitados para intervenções perante diferen-

38 Ver Les dossiers de la MRIE : « Réflexion croisée parents - professionnels sur le décrochage scolaire » ; http://www.mrie.org/personnes-en-difficultes/detail_doc.asp?id=74.

39 Association des collectifs enfants, parents, professionnels (Associação dos coletivos: filhos, pais, profissionais).

tes órgãos oficiais e para participar de formações (de coordenadores da política urbana, de professores etc.). A nível local, um grupo de mulheres consegue estabelecer uma colaboração oficial com o colégio, a prefeitura e o centro social, o que leva uma delas a dizer: “passamos de pais resignados a pais em missão; em missão e remunerados para realizar uma pesquisa sobre as questões educativas, mobilizar os pais da comunidade e trazer à tona suas verdadeiras expectativas, cruzar os olhares com os profissionais locais e co-construir projetos adequados”⁴⁰.

Os efeitos de reconhecimento e de (re)qualificação simbólica são, necessariamente, frágeis e contêm sua quota de restrições. Frágeis porque eles são dependentes da manutenção das atividades dos grupos e do coletivo, porque eles dependem das ligações com agentes institucionais cuja permanência está sujeita aos imprevistos das carreiras dos funcionários ou aos resultados eleitorais. Restrições porque o reconhecimento institucional exige a aceitação das formas e da lógica das instituições, por exemplo, aceitando “respeitar as regras” na expressão pública, o que tensiona com o desejo de manter uma “voz forte” das mulheres de bairros populares.

8 Posições e percurso profissional das mulheres

O conjunto das transformações e dos recursos engendrados pela ação coletiva impacta as situações sociais e os percursos profissionais de uma parte das mulheres. A evolução dos percursos e das situações é alimentada por vários fatores mencionados neste texto: criação de um (pequeno) capital social e de relações “úteis”, disposições novas ou reativadas, sentimento de legitimidade, relações dos grupos com as instituições etc. Nem todas as mulheres são afetadas da mesma forma e, para algumas delas, observamos alguma modificação objetiva de status ou de emprego, seja porque sua idade não o permite, seja porque, estando menos engajadas ou tendo menos protagonismo na atividade dos grupos, elas se beneficiam menos das mudanças, seja porque sua situação de donas de casa não implica mudança de estatuto. Entretanto, para várias, o engajamento no coletivo vai provocar mudanças de status, de situações, mudanças nem sempre duradouras ou estáveis, mas adquiridas pelo envolvimento na atividade coletiva.

A ação do coletivo com e para as instituições encontra, assim, prolongamentos diretos e práticos, concretos para várias mulheres que se tornam, muitas vezes temporariamente, “auxiliares das instituições”, quando o reconhecimento

40 Observações feitas nas reuniões das UPP, na Europa.

obtido se transforma em atividade oficial e remunerada. É o caso quando um pequeno grupo cria a associação “expercité” e propõe uma prestação de serviço para realizar uma enquete sobre o emprego nos bairros populares, pesquisa que é financiada pela Região. É também o caso quando quatro mulheres obtêm um emprego de algumas horas por semana como “mulheres ponte” (que articulam conexão entre a comunidade e instituições, por exemplo, no âmbito de um acordo entre a coletividade local, o colégio e o centro social) para intervir, junto aos alunos do ensino médio que são excluídos temporariamente do colégio, e tentar “reconciliá-los” com a escola, e para “fazer o elo” entre os pais do bairro e a escola. Se essas posições são frágeis e pouco remuneradas, elas dão um status oficial e permitem um retorno (precário) ao regime de trabalho.

Efeitos mais individuais podem também ser observados. Uma mulher, desempregada, antiga auxiliar de serviços gerais nas escolas, se torna assalariada do Coletivo Paroles des femmes graças a financiamentos associados ao plano de coesão social. Para além da remuneração, esse status lhe traz uma profissionalização em termos de saber-fazer, das competências adquiridas e reconhecidas no decorrer de suas ações com o coletivo e, sobretudo, no seio da UPP. Se o fim do contrato, devido à falta dos financiamentos, não permite fazer uma formação planejada com AFPA no âmbito social e a coloca de volta ao desemprego, ela obtém alguns meses mais tarde uma função em um colégio de bairro popular para se ocupar das relações com as famílias⁴¹, obtenção que se beneficia da mobilização do capital social adquirido, sobretudo através de cartas de recomendação e de apoio. Uma das participantes, empregada como auxiliar de serviços gerais em uma empresa, se torna chefe de equipe graças à socialização que lhe ensinou a falar, que lhe deu autoconfiança, que construiu capacidade de organizar atividades coletivas. Uma outra, que se tornou assistente social, assume as responsabilidades de delegada sindical em seu emprego.

Essas mudanças objetivas na vida das mulheres dos grupos estudados não as fazem sair das classes populares e dos status profissionais inferiores, mas elas lhes permitem estabilizar ou reforçar situações profissionais ou, para outras, recuperar um status profissional, às vezes precário, mas que contrasta com as situações de desemprego e com os rendimentos baseados em prestações sociais como o RSA (*Revenu de solidarité active* – Renda solidária ativa).

41 Nós a reencontramos em março de 2018. Ela é funcionária da administração local desse colégio e sua função de “mediação” entre as escolas e os pais foi estendida às escolas de ensino fundamental e infantil.

Conclusão

O estudo dos grupos de moradoras de bairros populares que fazem parte do Coletivo *Paroles de femmes* mostra que, longe do miserabilismo implícito na noção de vulnerabilidade e longe de reduzir os mais dominados às deficiências produzidas pelas desigualdades sociais, a união em uma ação coletiva dos membros das camadas inferiores das classes populares permite produzir e ativar recursos que estão muito menos disponíveis para cada indivíduo ou cada família considerada isoladamente. Esses recursos são coletivos no sentido em que beneficiam o grupo, a sua ação, suas reivindicações e no sentido em que existem para cada participante no seio e através do coletivo (a palavra coletivo aqui é ao mesmo tempo uma palavra que se refere à noção de coletivo⁴² e uma forma de designar uma realidade sociológica, em referência à ações/sujeitos coletivos). Ao mesmo tempo que atuam como “contre-handicap” (como enfrentamento, de alguma forma, às desvantagens sociais), particularmente nas relações com as instituições, esses recursos constituem também uma “resistência objetiva” à dominação. Alguns desses recursos se tornam, sob certas condições e dentro de certos limites, em recursos individuais. Além de poderem obter apoio no coletivo e na sua ação para agir em sua vida cotidiana, as participantes podem adquirir recursos através das disposições e das relações úteis mobilizáveis no universo profissional ou no bairro.

Como nós destacamos, esses recursos podem ser precários, pois dependem das relações estabelecidas com os agentes das instituições, da continuidade dos grupos e de suas ações. Eles têm também efeitos variáveis sobre as participantes. Algumas delas, muitas vezes as que são um pouco mais escolarizadas, podem articular esses recursos a habilidades já existentes, que são reativadas pela participação nas atividades dos grupos. Para outras, menos dotadas, os recursos dependem mais da existência do coletivo e dos grupos, como constatamos posteriormente com o fim do Coletivo *Paroles de femmes*⁴³.

O fato é que, se as transformações e os recursos estudados não suprimem a dominação sofrida e não mudam radicalmente as condições de existência, elas incentivam as participantes a se sentirem autorizadas a agir no espaço local e

42 As participantes dão muita importância à palavra “coletivo”, pois designa a organização dessas mulheres e o fato de que elas não agem isoladamente.

43 Principalmente, por razões de suspensão de financiamento pelas instituições que o apoiavam até então.

a discutir as decisões institucionais que as afetam ou afetam seu bairro. Nesse sentido, a ação coletiva estudada desenha uma voz política que não reduz os habitantes dos bairros populares a serem “guiados” (ou não) pelas instituições (a “mão esquerda do Estado”), mas lhes dá uma possibilidade de agir sobre as suas condições de vida e de contestar a dominação que sofrem.

Sobre o autor e as tradutoras

Daniel Thin - Mestre em Sociologia (1988) e Doutor em Sociologia (1994), ambos pela Université Lumière Lyon 2. França. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5690169496336580>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0240-2931>.

Cláudia Régia Damasceno Chaves - Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Professora Adjunta I da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC da UECE. E-mail: claudia.regia@uece.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7912824007663199>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-3869-9286>.

Sandra Maria Gadelha de Carvalho - Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Professora Associada na Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: sandra.gadelha@uece.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0650722680863049>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>.